

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME

MARIA RITA ALVES PEREIRA

FILIAÇÃO

JOAQUIM ALVES PEREIRA

EUFLOSINA PEREIRA RODRIGUES

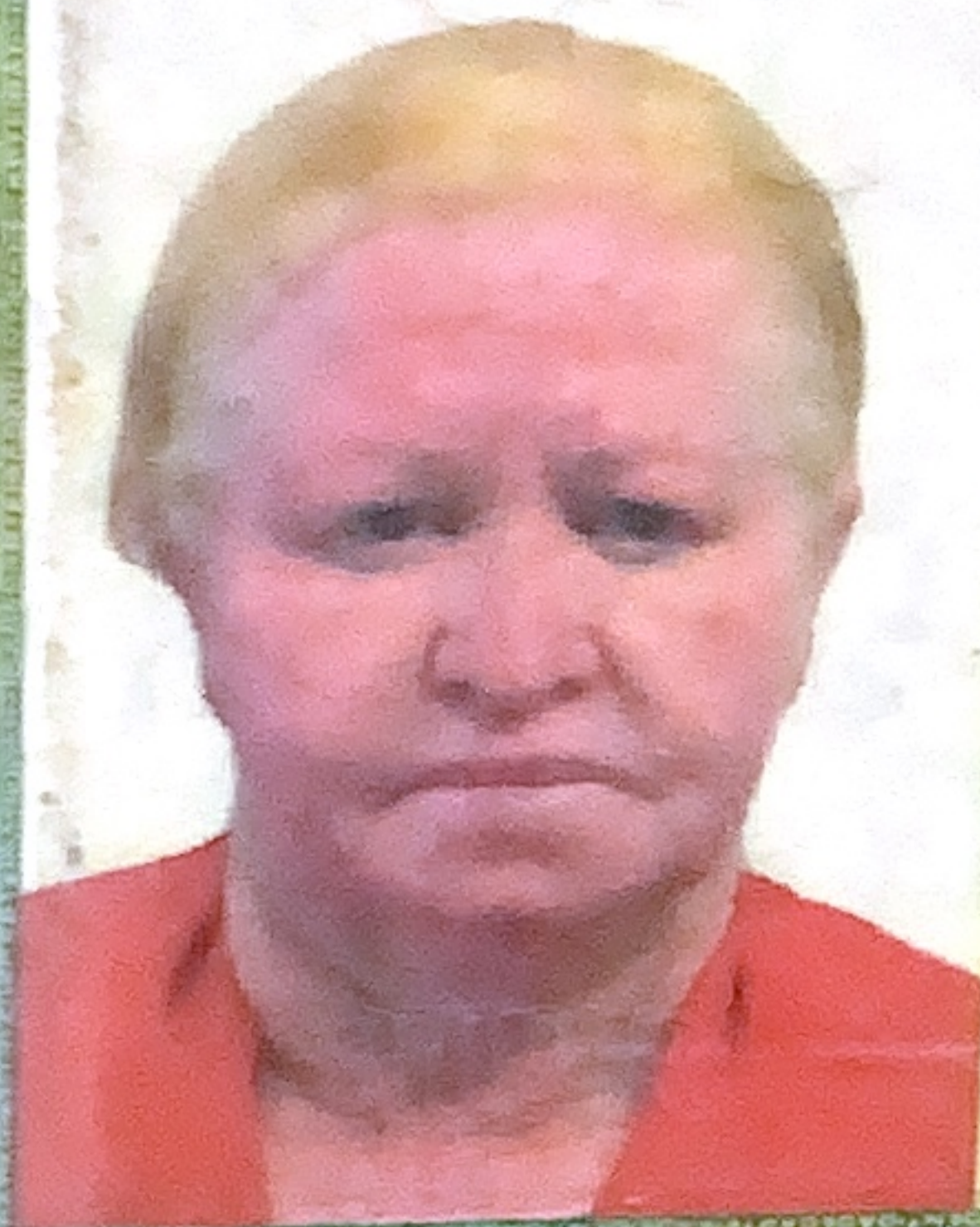
DATA NASCIMENTO NATURALIDADE

25/02/1960

ITINGA/MG

ORGÃO EXPEDIDOR

IIPR



Maria Rita A. Pereira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 616.170.169-34

REGISTRO GERAL 3.575.796-1

REGISTRO CIVIL

C.NASC=045765.01.55.1962.1.00011.016.0004454-05

DATA DE EXPEDIÇÃO 21/08/2020

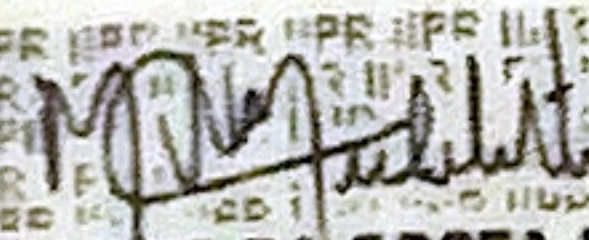
T. ELEITOR

0242 5789 0639

POLEGAR DIREITO

CNS

706.0023.4160.8446


MARCUS VINICIUS DA COSTA MICHELOTTO
DIRETOR

ASSINATURA DO DIRETOR



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NÃO PLASTIFIQUE

DECLARAÇÃO DE ANUÊNCIA PARA FINS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Nome do ocupante: SEBASTIÃO ALVES PEREIRA

Imóvel: RUA TIRADENTES, Nº682, PARQUE HORTÊNCIA, GUAÍRA/PR

Anuente: MARIA RITA ALVES PEREIRA, brasileira, solteira, aposentada, portadora da cédula de identidade de número 3.575.796-1 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 616.170.169-34, residente e domiciliado na RUA TIRADENTES, Nº682, FUNDOS, PARQUE HORTÊNCIA, GUAÍRA/PR

A ANUENTE declara que, apesar de ser irmã do proprietário, quem possui a posse do imóvel é o requerente, sendo assim, ela não tem interesse nos imóveis que serão objeto de Regularização Fundiária através do Programa Moradia Legal, autorizando que a titulação dos mesmos seja registrada em seu favor.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas e estou ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito (a) às penas da Lei, conforme art. 299 do Código Penal.

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

GUAÍRA- PR, 15 de agosto de 2025

Maria Rita Alves Pereira

ANUENTE